

RECURSO ESPECIAL Nº 1.738.925 - PR (2018/0103604-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : ASSOCIACAO DE ENSINO VERSALHES
ADVOGADO : GABRIELA MARIA DA SILVA E OUTRO(S) - PR025588
RECORRIDO : DANIELA DE SOUZA ZWIERZIKOWSKI
ADVOGADO : STELLA MARCIA DE ALMEIDA JACOPETI E OUTRO(S) - PR045640

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por ASSOCIACAO DE ENSINO VERSALHES, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea “c” da Constituição Federal, em desafio a acórdão de fls. 446/455 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO INDENIZATÓRIA - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DE CRÉDITOS PROVENIENTES DO FIES AFASTADA - AUSÊNCIA DE COMPULSORIEDADE DE APLICAÇÃO DOS CRÉDITOS NA EDUCAÇÃO - POSSIBILIDADE DE PENHORA - CRÉDITOS NÃO UTILIZADOS PARA PAGAMENTO DE TRIBUTOS E RECOMPRADOS PELO FIES (ARTIGO 13 DA LEI 10.260/2001) - RECURSO CONHECIDO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Nas razões do recurso especial (fls. 458/468, e-STJ), a parte insurgente suscitou dissídio jurisprudencial quanto ao artigo 833, IX, do CPC/15, alegando, em síntese, que *"os recursos públicos repassados a entidades privadas, quando for fonte de aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social, são impenhoráveis"*.

Contrarrazões às fls. 478/491, e-STJ.

Às fls. 493/494, e-STJ, a irresignação recebeu juízo positivo de admissibilidade. É o relatório.

Decido.

A irresignação **merece** prosperar.

1. Na espécie, a Corte local, quanto à impenhorabilidade dos créditos do FIES, concluiu pela possibilidade da constrição, adotando os seguintes fundamentos (fls. 451/454, e-STJ):

Correta a decisão agravada, tendo em vista ser possível a penhora dos recursos do FIES em relação à parcela resgatável.

Os créditos recebidos pelas instituições de ensino a título de contraprestação pelos serviços prestados a estudantes beneficiados pelo FIES, não são vinculados obrigatoriamente no auxílio da educação, podendo, ao contrário, ser utilizados indiscriminadamente.

Assim, tais créditos não preenchem o requisito exigido no artigo 649, inciso IX, do Código de Processo Civil a justificar a incidência da

impenhorabilidade, já que não configuram recursos de aplicação compulsória nas áreas de educação, saúde e assistência social.

(...)

A Lei nº 10.260/2001 prevê a possibilidade de recompra dos certificados representativos dos títulos da dívida pública emitidos em favor do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES).

(...)

Com efeito, se é prevista recompra, pelo FIES, dos certificados mencionados no artigo 9º, denota-se que sobram títulos não utilizados para o pagamento das contribuições e tributos referidos no artigo 10.

Nesse contexto, deduz-se que as instituições de ensino recebem valores em dinheiro do FIES, os quais são passíveis de penhora.

(...)

Conclui-se, desse modo, que os recursos recebidos pelas instituições educacionais participantes do programa de financiamento estudantil, quando não integralmente utilizados para o pagamento de tributos, são passíveis de penhora.

E, no caso, não houve comprovação de que tais recursos foram utilizados para pagamento de tributos.

Logo, perfeitamente possível a penhora dos recursos do FIES em relação à parcela resgatável.

Diversamente, a jurisprudência desta Corte Superior tem orientação no sentido de que impenhoráveis os créditos vinculados ao programa Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, em razão dos serviços de educação prestados pela recorrente.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚM. 282/STF. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CRÉDITOS VINCULADOS AO FIES. RECURSO PÚBLICO RECEBIDO POR INSTITUIÇÃO PRIVADA PARA APLICAÇÃO COMPULSÓRIA EM EDUCAÇÃO. IMPENHORABILIDADE. JULGAMENTO: CPC/15.

1. Exceção de pré-executividade oferecida nos embargos à execução em 29/01/2019, da qual foi extraído o presente recurso especial, interposto em 19/08/2019 e atribuído ao gabinete em 07/10/2019.

2. O propósito recursal é dizer sobre a possibilidade de penhora dos créditos vinculados ao Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, constituídos em favor da recorrente.

3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial (súm. 282/STF).

4. O recebimento, pelas instituições de ensino superior, dos Certificados Financeiros do Tesouro - Série E (CFT-E) - e mesmo do valor financeiro equivalente, no caso da sua recompra - está condicionado à efetiva prestação de serviços educacionais aos alunos beneficiados pelo financiamento estudantil, sendo, inclusive, vedada a sua negociação com outras pessoas jurídicas de direito privado (art. 10, § 1º, da Lei 10.260/01).

5. O intuito de fazer prevalecer o interesse coletivo em relação ao interesse particular justifica a previsão de impenhorabilidade dos recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação,

prevista no art. 833, IX, do CPC/15.

6. O fato de a recorrente ter prestado os serviços de educação previamente ao recebimento dos créditos correspondentes do FIES não descaracteriza sua destinação; ao contrário, reforça a ideia de que se trata de recursos compulsoriamente aplicados em educação.

7. Hipótese em que, incidindo a penhora diretamente sobre recursos de origem pública e sendo os valores recebidos pela recorrente vinculados à contraprestação pelos serviços educacionais prestados, conclui-se pela impenhorabilidade dos referidos créditos.

8. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido.

(REsp 1840737/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 21/11/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL DEVEDORA. IMPENHORABILIDADE. FIES. VERBA PÚBLICA. EDUCAÇÃO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A jurisprudência desta Corte se orienta no sentido de que os créditos públicos destinados ao FIES, ainda que para instituição privada, são impenhoráveis.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1805488/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/10/2019, DJe 07/11/2019)

Em sendo assim, observa-se que o entendimento adotado pelo Tribunal *a quo* está, no ponto, em dissonância com a jurisprudência desta Corte, de modo a se impor o acolhimento do presente recurso.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial para o fim de reconhecer a impenhorabilidade dos créditos oriundos do FIES.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator